



REALIDADE E ESPAÇO RURAL: ELEMENTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL?

Mailiz Garibotti Lusa¹

Resumo

Trata-se sobre a abordagem da realidade na formação profissional, a partir da experiência do Serviço Social, com enfoque nas particularidades do campo e das expressões da questão social que se evidenciam no espaço rural sul-rio-grandense. Visa discutir como o espaço rural, reconhecido enquanto componente fundamental da realidade, com seus determinantes, vai sendo considerado como elemento para a formação profissional. Discorre-se sobre a realidade e a formação profissional em Serviço Social; o reconhecimento dos determinantes agrários da sociedade brasileira; e, por fim, um ensaio sobre a realidade rural sul-rio-grandense e sua relação com o Serviço Social.

Palavras-Chave: Realidade. Crises. Rural. Formação Profissional. Serviço Social.

1 PALAVRAS À GUIA DE INTRODUÇÃO: CRISES, REALIDADE, FORMAÇÃO

A proposta deste trabalho é discutir o espaço rural, a partir de alguns dos seus determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais, enquanto componente fundamental de uma realidade que deve ser considerada como elemento central para a formação profissional.

O pressuposto é que seria no chão do cotidiano que os profissionais de diversas áreas estruturam e conferem processualidade ao seu trabalho. Especialmente no âmbito do trabalho nas políticas públicas, a consideração da realidade em suas múltiplas determinações não só tem centralidade, como se configura enquanto 'condição *sine qua non*' para poder assegurar experiências que respondam às demandas da população usuária do serviço. Neste sentido, a perspectiva assumida na reflexão é que a leitura e análise crítica da realidade potencializam as antecipações concretas de respostas às requisições profissionais e demandas institucionais, em termos de políticas públicas.

Especificamente para este debate, a abordagem da realidade na formação profissional será tratada a partir da experiência do Serviço Social brasileiro, com enfoque nas particularidades do campo e das expressões da questão social que se evidenciam no espaço rural, segundo a realidade sul-rio-grandense. Para isto, o desenvolvimento do trabalho está organizado em três itens, através dos quais se busca responder ao objetivo ao tratar sobre: a realidade e a formação profissional em Serviço Social; o reconhecimento dos determinantes agrários da sociedade brasileira, originados desde a época colonial e presentes ainda hoje; e, por fim, um ensaio sobre a realidade rural sul-rio-grandense e sua relação com o Serviço Social.

2 A REALIDADE E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

A discussão, no âmbito da formação e exercício profissionais no Serviço Social brasileiro, assenta-se no reconhecimento de que, a partir de fins dos anos 1970, num cenário marcado pelo esgotamento do Estado ditatorial militar e pelo reaparecimento das lutas sociais, marcadamente da classe trabalhadora, ocorre um amadurecimento profissional, a partir do qual se reconhecia diversos impasses a serem superados. Dentre eles, estava o distanciamento existente entre o trabalho intelectual, o acadêmico e o exercício profissional (SILVA, 1993; SILVA e SILVA, 1993), além do necessário aprofundamento "das mediações entre as bases teóricas já acumuladas e a operatividade

¹ mailiz@ufrgs.br - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



do trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2007, p. 52), o que evidencia que, à época, o ponto fulcral era a relação entre a profissão e a realidade.

A partir daquele momento o reconhecimento e análise da realidade e, junto dela, do movimento histórico da sociedade e da profissão, tornam-se essenciais para superar os impasses que se colocam para a profissão, especialmente no âmbito da formação, traduzidos nas armadilhas do teorismo, do politicismo e do tecnicismo (IAMAMOTO, 2007, p. 53). Sem dúvida, a chave para articular tais dimensões sem cair nas armadilhas, fundamentando-as no movimento da sociedade, seria o trato efetivo da realidade e, com ela, a superação da dicotomia entre a profissão e a realidade. Neste sentido, entendia-se que “articular a profissão à realidade é um dos maiores desafios, pois se entende que o Serviço Social não atua apenas **sobre** a realidade, mas atua **na** realidade” e a condição imprescindível para que a profissão possa trabalhar ‘a partir da’ realidade e ‘na’ realidade é garantir permanentemente nas suas ações as dimensões da investigação e do levantamento constante de indagações (IAMAMOTO, 2007, p. 55, grifo da autora).

Passa-se a compreender que o trabalho do assistente social, em qualquer espaço sócio-ocupacional, requer competências teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa, cujos fundamentos precisam ‘necessariamente’ ser calcados na realidade social, ou seja, é necessário um aporte sólido na realidade. Para tanto, é essencial a coerência ético-política para que não se reproduzam leituras da realidade enviesadas ou, ao menos, fragmentadas, de forma a consolidar e ampliar desigualdades entre os sujeitos, as classes, os diferentes trabalhos e modos de vida e os diferentes lugares da sociedade que ocupam. As competências para o trato da realidade são fundamentais para perceber as demandas concretas apresentadas no chão cotidiano e a forma pela qual se buscará revelá-las numa perspectiva crítica, que faça *jus* ao projeto ético político do Serviço Social brasileiro e ao papel da Universidade na construção e socialização do conhecimento.

Mas, é preciso considerar que a realidade social é ampla, o que aponta que, para aferir características realmente verdadeiras, muitas vezes, é preciso tratá-la a partir das suas particularidades, evitando generalizações aparentes para, no seu revés, entendê-la na sua totalidade concreta (KOSIK, 1989). Neste sentido, é importante reconhecer que há áreas que não são objeto de atenção investigativa, ou o são de forma residual e/ou fragmentada. Elas, embora se configurem como setores fundamentais na dinâmica cotidiana do país, acabam invisibilizadas pela própria sociedade. É o que ocorre, por exemplo, com o espaço rural, os indivíduos que lá vivem e trabalham, seus processos dialéticos de produção e reprodução social, mas também econômica, política, de conhecimento e de cultura.

2.2 A realidade e os traços agrários da sociedade brasileira

As bases de consolidação da sociedade e do Estado brasileiro são agrárias (IANNI, 1984), isto porque sua formação sócio-histórica foi, desde longe, um processo de exploração agrária. Ora, este traço que é anterior à chegada do colonizador, continua caracterizando o Brasil contemporâneo (PRADO JÚNIOR, 2006).

Com o aceleração da dinâmica capitalista brasileira, já no século XX, uma nova ordem econômica se instalava aprofundando o processo de pauperização rural – e por consequência, urbana –, intensificando o fluxo de expulsão da população agrícola para os centros urbanos (LUSA, 2012), provocando em todo país esvaziamentos demográficos em face à pobreza (GONÇALVES e GONÇALVES, 2013).

No tempo presente, a exploração monocultural, escravocrata, baseada na grande propriedade territorial e voltada para alimentar a economia mercantil lusitana de outrora se reestabelece em novas bases, reproduzindo os velhos traços. A mecanização do campo, as inovações tecnológicas (GRAZIANO DA SILVA, 1981) e a proletarização do campesinato são elementos que hoje sustentam a reprodução do capital agrário-exportador e agroindustrial. Perpetua-se a histórica concentração de terras, que, associada aos



monopólios transnacionais, continua produzindo desigualdades sociais no campo e na cidade, de norte a sul, leste a oeste, embora com particularidades regionais distintas.

Na raiz da questão está o interesse econômico e o modo de produção usado para garanti-lo. O capitalismo tardio brasileiro (MELLO, 2008), cuja base de acumulação primitiva de capital esteve no campo, nunca abandonou o espaço agrário. Pelo contrário, nele tem seus aportes de dominação não apenas econômica, mas inclusive política, cultural e social. Também o homem simples não abandonou o campo e, apesar dos intensos fluxos migratórios, persiste como produtor mercantil simples a alimentar a dinâmica do capital.

A sociedade recoloca o rural – do agronegócio –, em tempos de crise global, como espaço de criação de valor econômico, pois ele alimenta a balança comercial e o mercado financeiro internacional (LUSA, 2013). Isto significa que, salvaguardando o rural do grande capital, o outro continua invisibilizado na história, fato que colabora para a invisibilidade também predominante no Serviço Social (LUSA, 2012).

Um dos dilemas profissionais é a “tendência a considerar a sociedade brasileira numa ótica meramente urbana. Dificilmente, em nossos debates, os processos sociais agrários aparecem articulados à questão urbana, correndo o perigo de reincidirmos no velho dualismo rural-urbano” (IAMAMOTO, 2007, p. 152). Ora, isto pressupõe a fragmentação na leitura da realidade² e, ainda, um significativo distanciamento do Serviço Social em relação ao rural, o que confirma a invisibilidade das demandas provenientes daquele espaço.

2.3 A realidade rural sul-rio-grandense e o Serviço Social

A partir destas reflexões, passa-se a tratar da configuração do espaço rural sul-rio-grandense (suas ruralidades) e, nele, as expressões da questão social – dentre as quais, a questão agrária e a luta de classes –, as quais, ao se constituírem objeto de trabalho do Serviço Social, apontam as demandas para a formação, para a produção de conhecimento e para o exercício profissional neste estado.

A necessidade de refletir sobre o rural sul-rio-grandense e nele as expressões da questão social, a partir da perspectiva do Serviço Social, sustenta-se não apenas pela invisibilidade mencionada, mas também porque, apesar da instalação do capitalismo urbano industrial³ e das inovações tecnológicas, compreende-se que parte da classe trabalhadora ainda permanece no campo, explorada pelo capitalista agrário e agroindustrial e resistindo à marginalização social. Outra parte capitalizou-se e, embora não se configure como ‘capitalista agrário’, tampouco pode ser literalmente denominada de ‘classe trabalhadora’ ou ‘classe camponesa’ na acepção Marxista. Essa presença evidencia-se no sul brasileiro, inclusive no Rio Grande do Sul com a presença de uma agricultura capitalizada.

No caso específico deste estado, é ainda preciso considerar o processo peculiar da sua formação sócio-histórica, que foi determinada pela

[...] presença de três setores de produção mercantil; associados à impossibilidade de estabelecer, de modo estável, as relações servis de dominação em função do pastoreio e das frequentes guerras de fronteira, bem como com a vizinhança com países não escravistas; a uma produção escravista sem posição de monopólio no mercado; a uma organização muito particular da “firma” escravista típica da região; enfim, a existência de uma sub-região povoada por pequenos produtores de

² Entende-se que a relativa invisibilidade conferida ao rural durante a formação, exercício profissional e produção teórica em Serviço Social corrobora para a leitura fragmentada da realidade, uma vez que rural e urbano são partes constituintes e dialéticas na sociedade capitalista brasileira e não dissociadas (LUSA, 2012). Esse alerta fundamenta o empenho em combater este tipo de compreensão desarticulada da realidade, que distinguiria objetivamente a questão urbana, da questão agrária e ambiental, reconhecendo apenas a primeira como expressão da questão social. Infelizmente, de forma dialética, esta invisibilidade rural toca a formação e o exercício profissionais.

³ Com grande tenacidade nas regiões metropolitana de Porto Alegre e serrana gaúcha – cujo polo é Caxias do Sul.



mercadorias que disputavam a mão-de-obra livre com o setor escravista, abalado pela penúria de escravos (TARGA, 2002, p. 08).

Ora, a peculiaridade constituída pela diversidade de interesses econômicos e de manutenção de poder quando da sua ocupação, faz com que se tenha atualmente a presença tanto do latifúndio, quanto da agricultura familiar. O primeiro, presente especialmente no sudoeste do estado (TARGA, 2002), explora a força de trabalho do proletariado rural, produzindo ainda mais desigualdades e pauperização. O segundo, com sua produção mercantil simples, alimenta o capitalismo urbano-industrial e agroindustrial. O que “está em curso uma redução no número de pessoas ativas ocupadas exclusivamente em atividades agrícolas e um crescimento no número de pessoas com domicílio rural ocupadas em atividades não agrícolas” (SCHNEIDER, 2005, p. 75).

Neste contexto, é fato o aumento das desigualdades sociais e da pauperização rural no Brasil e no Rio Grande do Sul, o que aponta a presença de um público potencialmente demandante de políticas sociais, pois vive os efeitos do desemprego rural, do rebaixamento do valor de seus produtos, da perda de poder aquisitivo e do conseqüente aviltamento da qualidade de vida e de acesso a bens e serviços. Esse processo é silencioso no Rio Grande do Sul, pois geralmente fica escondido na presença marcante da agricultura familiar camponesa que, segundo a ideologia burguesa, não viveria privações quanto ao atendimento das suas necessidades, não justificando a intervenção estatal. A juventude rural é uma das mais afetadas por este processo, migrando majoritariamente para as cidades em busca de trabalho, de melhores condições de estudo e acesso aos serviços. Os poucos que permanecem são geralmente homens, motivados pela responsabilidade de cuidar dos progenitores e da propriedade familiar. Isto determina o aumento de uma população rural envelhecida (STROPASOLAS, 2006) e gera a falta de perspectivas para a agricultura familiar na região sul (MIELE e MIRANDA, 2013).

Este rural é forte traço na configuração sul-rio-grandense. Segundo a Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (RIO GRANDE DO SUL, 2013, s.p),

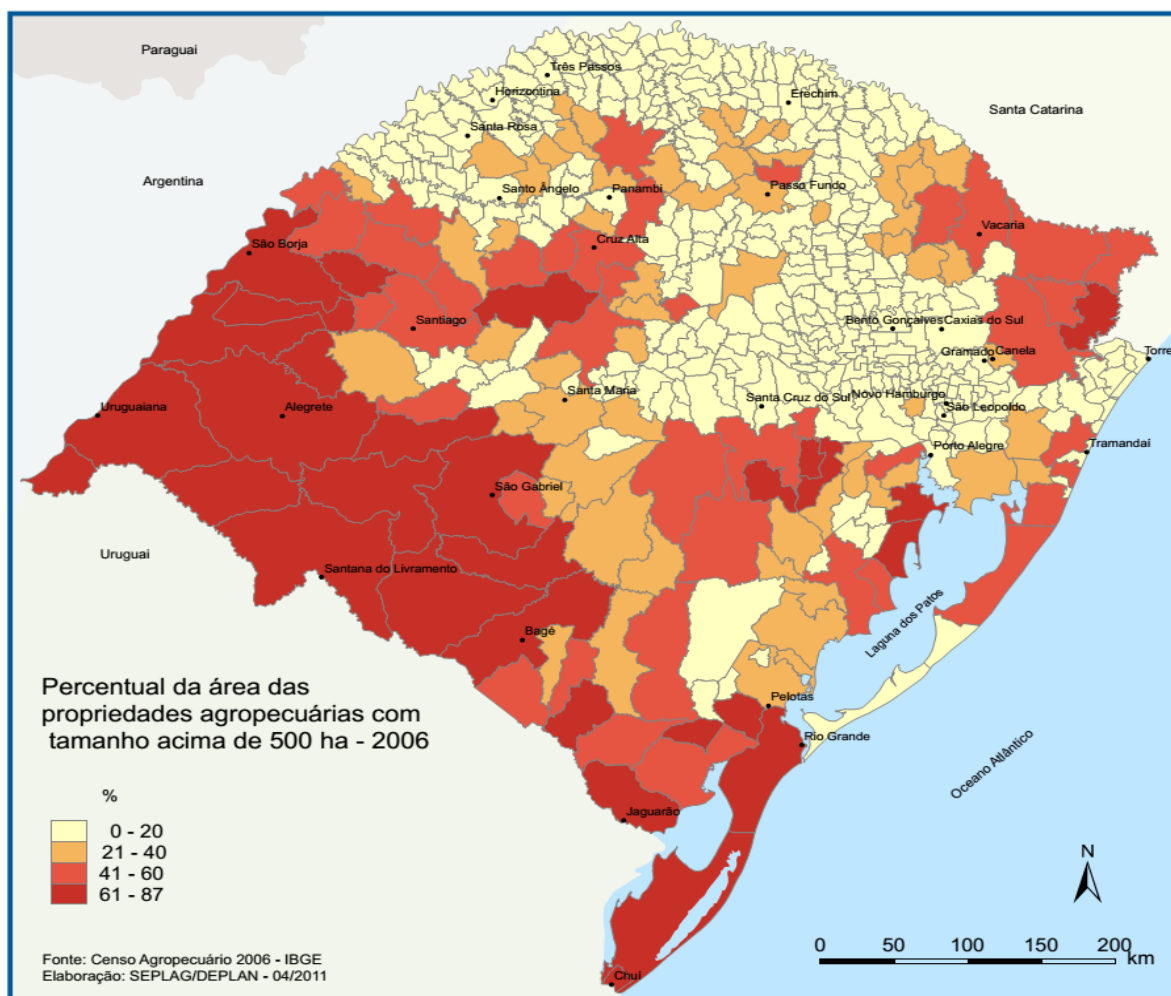
Em 2010, a agropecuária gaúcha contribuiu com 11,1% do Valor Adicionado Bruto Agropecuário brasileiro. Embora na matriz do VAB Total do Rio Grande do Sul o setor participe com somente 8,7%, esta atividade possui grande importância para a economia gaúcha, pois dela derivam inúmeros segmentos da agroindústria e há também uma grande influência da atividade no setor de exportações. O setor também possui grande importância para os pequenos municípios, onde é responsável por impulsionar inúmeras atividades principalmente de comércio e serviços.

Nesta configuração, há diversos rurais, marcando também ruralidades – modos de vida, de trabalho e de produção – diferentes. Há o rural da concentração fundiária e da grande produção capitalista e, dialeticamente, há o rural das ocupações e assentamentos agrários. O mapa da estrutura fundiária indica esta diversidade fundiária.

Figura 01: Mapa fundiário do Rio Grande do Sul (2006).



SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, SEPLAG, 2013.

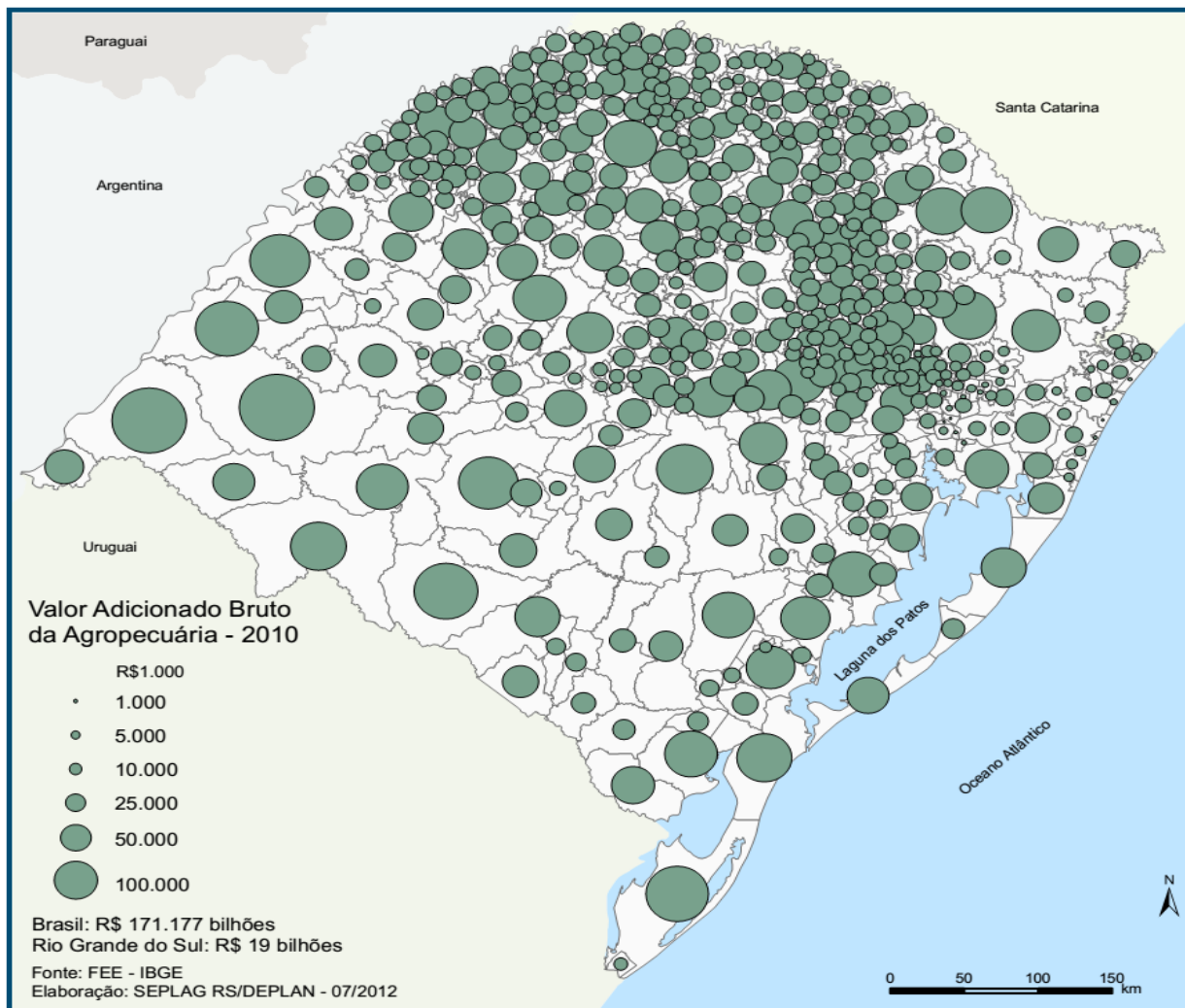
Preliminarmente nota-se que a presença do latifúndio marca todo o estado, sendo preponderante na região da fronteira oeste e sul, enquanto o minifúndio ocupa uma área territorial menor, justamente nas regiões serranas. A diferenciação fundiária é explicitada na afirmação da própria Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (RIO GRANDE DO SUL, 2013, s.p.), portanto, na perspectiva governamental.

Do total dos estabelecimentos do Estado 85,8% possuem menos de 50 hectares, ocupando 24,4% da área utilizada pela agropecuária. As propriedades com mais de 500 hectares representam 1,83% dos estabelecimentos, ocupando 41,9% da área rural. As propriedades entre 50 e 500 ha representam 12,46% do número total de estabelecimentos ocupando 32,8% do total da área. Deve-se ressaltar que o limite entre minifúndio e latifúndio varia de acordo com a região e, normalmente, nas regiões da Campanha e da Fronteira Oeste, onde os solos são mais frágeis, necessita-se de áreas maiores para obter viabilidade na produção.

O rural mais simples é entremeado pela presença das tecnologias exigidas pelos diversos tipos de agroindústrias – portanto, do capital – com quem firmam contratos de integração agrícola, ou ainda pela presença vizinha do latifúndio agrícola produtor de desigualdades. A lógica produtivista do capital perpassa, assim, todas as ruralidades, implicando o acesso diferenciado aos bens de consumo, embora proporcionalmente a produção agropecuária das regiões em que o minifúndio está presente não perde em nível produtivo em relação às regiões de latifúndio, conforme o mapa abaixo ilustra.



Figura 02: Mapa da produção agropecuária, com referência no valor adicionado bruto (VAB) de 2010.



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, SEPLAG, 2013.

Os dois dados apontados foram tomados aqui por dialogarem no que toca a localização da propriedade fundiária e da produção agropecuária, indicando de forma preliminar que a realidade rural sul-rio-grandense é plena das contradições que precisam ser analisadas mais profundamente, a fim de reconhecer como ocorre o processo de produção capitalista que também é, no seu reverso, de produção de desigualdades e de pauperização no campo, gerando às margens e mesmo dentro da dinâmica capitalista um contingente de **camponeses pauperizados** ou **em processo de pauperização**. Essa população encontra-se, de um lado, organizada politicamente através de movimentos sociais, sindicatos e associações. E, por outro, sedento de organização, o que explicita ainda mais a necessidade de acompanhamento, assessoria, diálogo e atendimento do Serviço Social. Ora, essa população camponesa, que deveria, mas – amiúde – não é atendida pelo Estado, colabora para formar um vasto contingente de cidadãos a quem são negados muitos direitos sociais universais (LUSA, 2013).

A breve reflexão acima permite o reconhecimento de diversas expressões da questão social – algumas evidenciadas na questão agrária, inclusive – o que aponta intrinsecamente a presença da matéria do Serviço Social no Rio Grande do Sul. Por outro lado, preliminarmente, percebe-se que é ínfimo o número de profissionais em exercício em



políticas setoriais de agricultura e reforma agrária, assim como em espaços sócio-ocupacionais de outras políticas, cujo atendimento é prestado no espaço rural.

Este indicativo sobre a relação entre o espaço rural e o Serviço Social, infelizmente, não é particularidade sul-rio-grandense. Pelo contrário, reproduz-se no estado o que pesquisadores já apontaram em relação a outras regiões do país (LUSA, 2012; SANTANA, 2013).

Assim, é preciso atenção redobrada para entender esta relação num estado com uma grande área físico-geográfica frente a outros estados da federação, com a presença agrícola diversificada em todo o seu território, e com a presença de dezesseis (16) instituições de ensino superior que ofertam o curso de serviço social (duas delas ofertam o curso em mais que um município) (CRESS-RS, 2015). É necessário aprofundar os determinantes que caracterizam o quadro aqui debatido e as possíveis mediações, considerando uma realidade que ligeiramente, indica presença de limites em termos uma insípida afinidade entre a profissão e o campo, mas também perspectivas de desenvolvimento de um trabalho conjunto envolvendo tanto o rural e a classe trabalhadora camponesa, como o serviço social em seu exercício e formação profissional.

3 APONTAMENTOS PARA UMA (IN)CONCLUSÃO

O reconhecimento preliminar do quadro apresentado neste trabalho permite afirmar a existência da necessidade de aprofundar a investigação sobre o rural sul-rio-grandense, em seus determinantes, conferindo-lhe visibilidade no que tange a análise da realidade social em sua totalidade concreta.

Entende-se que a partir deste reconhecimento será possível aprofundar demandas provenientes das particularidades do campo, discutir as requisições profissionais nesse espaço, aportar questões da e para a formação profissional, mobilizar e envolver os sujeitos políticos rurais nas lutas sociais amplas da classe trabalhadora, entre outros.

Logo, restam aqui, mais do que afirmações sobre a realidade rural e o Serviço Social no Rio Grande do Sul, perguntas que apenas podem ser respondidas se forem tomadas com apreço as tarefas da leitura e da análise da realidade, com base nas competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão.

REFERÊNCIAS

CRESS, Conselho Regional de Serviço Social (10º Região). **Unidades de Ensino**. Disponível em: <http://www.cressrs.org.br/unidades-de-ensino/>. Acesso em: 01/03/2015.

GONÇALVES, José Sidnei; GONÇALVES, Sheila Pereira. Novas caras da pobreza de origem rural no Brasil: transformações, perfil e especificidades da Região Sudeste. In: BUAINAIN, Antônio Márcio; DEDECCA, Cláudio; NEDER, Henrique Dantas (orgs). **A nova cara da pobreza: desenvolvimento e a questão regional**. Brasília: IICA, 2013. [Série Desenvolvimento Rural Sustentável, volume 17]. p. 307-354.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed, São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LUSA, Mailiz Garibotti. **A (in)visibilidade do Brasil rural no Serviço Social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o**



exercício profissional em Alagoas. 2012. 394 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)– Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo, 2012.

_____. Ruralidades na formação sócio-histórica de Alagoas: fundamentos para a abordagem sobre o rural no desenvolvimento capitalista atual. In: **1º Encontro Internacional de Política Social e 8º Encontro Nacional e de Política Social**. As transformações do Estado no mundo hoje. Vitória (ES): UFES, 2013.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982. Paulo: Editora da USP, 2008.

MIELE, Marcelo; MIRANDA, Cláudio Rocha. O desenvolvimento da indústria brasileira de carnes e as opções estratégicas dos pequenos produtores de suínos do Oeste catarinense no início do Século XXI. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, CGEE. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro**. Ganhar tempo é possível? Brasília (DF): CGEE, 2013, p. 201-231.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 23. ed. 8. reimpr.. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RIO GRANDE DO SUL, Governo do Estado do; Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. **Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre (RS): Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, 2013. Disponível em: www.scp.rs.gov.br/atlas/. Acesso em: 20/10/2014.

SANT'ANA, Raquel Santos. Serviço Social e trabalho rural: as interfaces do modelo de desenvolvimento agrário no cotidiano profissional. In: Edvânia Ângela De Souza Lourenço; José Fernando Siqueira Silva; Raquel Santos Sant' Ana. (Org.). **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social**. 1.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 111-130.

SCHNEIDER, Sérgio. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. In: **Revista Redes**. Santa Cruz do Sul (RS), v.9, n.3, p.75-109, 2005.

SEPLAG. Governo do Estado do Rio Grande Do Sul. **Mapa de Investimentos do Estado do Rio Grande do Sul – 2012-2015**. Porto Alegre (RS): Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã; Departamento de Planejamento Governamental , 2012. Disponível em: http://www.seplag.rs.gov.br/download/20130730150802mapa_de_investimentos_rs.pdf. Acesso em: 15/10/2014.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. Um esforço de investigação sobre a prática do Serviço Social no Brasil. In: **Cadernos ABESS**. Produção científica e formação profissional, São Paulo, Cortez, n. 6, set. 1993, p. 78-89.

SILVA, Ademir Alves da et al. Revisão curricular do Curso de Serviço Social. In: **Cadernos ABESS**. Produção científica e formação profissional, São Paulo, Cortez, n. 6, set. 1993, p. 147-156.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. A originalidade do Rio Grande do Sul no século 19. In: **1º Encontro de Economia Gaúcha** (2002). Porto Alegre: Fund. de Economia e Estatística, 2002. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/eeg/index_1eeg.php#mesa12. Acesso em: 20/07/2013.